



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Daniela Reinehr – PL/SC

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Da Sra. DANIELA REINEHR)

Requer informações ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) sobre a construção de uma nova rodovia de quatro faixas na região da floresta amazônica, no Estado do Pará, em preparação para a COP30.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja solicitado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) informações sobre a construção de uma nova rodovia de quatro faixas na região da floresta amazônica, no Estado do Pará, em preparação para a COP30..

Diante disso, solicito que sejam prestadas as seguintes informações:

1.Como o Ministério do Meio Ambiente justifica o apoio, omissão ou eventual conivência com a construção de uma rodovia de grande porte que destruirá dezenas de milhares de hectares de floresta amazônica, em nome da realização de uma conferência *supostamente* voltada à proteção do clima?

2.Não seria uma flagrante contradição o governo federal sediar a COP30 no coração da Amazônia, enquanto promove ou permite uma obra que agrava o desmatamento e a emissão de carbono?

3.Há estudos que comprovem que os impactos dessa rodovia serão plenamente mitigáveis? Ou o governo está relativizando os danos ambientais em nome de um discurso internacional?



4.A rodovia recebeu alguma menção ou aval formal do Ministério do Meio Ambiente? Caso sim, quais foram os critérios usados para declarar uma obra como “sustentável”, mesmo diante da supressão de áreas protegidas?

5.O Ministério reconhece que obras dessa magnitude em áreas sensíveis podem abrir caminho para grilagem, invasão de terras indígenas e avanço do crime ambiental?

6.Houve algum tipo de pressão política ou institucional, por parte do governo federal, para que os órgãos de licenciamento acelerassem a aprovação dessa obra?

7.Que tipo de legado o governo pretende deixar para a Amazônia com a construção dessa rodovia? Uma floresta fragmentada e comunidades vulneráveis impactadas?

8.O Ministério do Meio Ambiente está cumprindo seu papel de órgão fiscalizador e protetor da biodiversidade ou está se tornando cúmplice de interesses eleitorais e midiáticos do governo em plena véspera de COP?

JUSTIFICAÇÃO

A construção de uma nova rodovia de quatro faixas, cortando dezenas de milhares de hectares de floresta amazônica protegida, levanta sérias preocupações ambientais, éticas e institucionais, especialmente quando essa obra é promovida como parte da infraestrutura para a realização da COP30, conferência global sobre mudanças climáticas, que será sediada em Belém do Pará.

Não se trata apenas de mais uma obra pública. Trata-se de uma intervenção direta em um dos biomas mais sensíveis e estratégicos do planeta. A Amazônia é um patrimônio ambiental global, essencial para a regulação climática, a conservação da biodiversidade e a proteção de povos tradicionais. Qualquer ação que comprometa sua integridade deve ser tratada com o máximo rigor técnico, jurídico e moral.

Causa espanto que o governo federal, que busca projetar internacionalmente uma imagem de liderança ambiental, possa estar permitindo – ou até incentivando – a realização de uma obra com impactos socioambientais tão profundos. A incoerência entre o discurso oficial e a prática governamental precisa ser urgentemente esclarecida.

Rotular a rodovia como “sustentável” não basta. É necessário conhecer os estudos de impacto ambiental, os critérios técnicos adotados, os mecanismos de compensação propostos, bem como as consultas às comunidades potencialmente afetadas. Além disso, é preciso saber se houve algum tipo de flexibilização nos processos de licenciamento ou pressão política para acelerar sua aprovação.

Esta é uma obra de grandes proporções, feita às pressas, em pleno ano da COP30, e que pode deixar cicatrizes permanentes na floresta. Não se pode permitir que a realização de um evento internacional sirva como justificativa para



desrespeitar o meio ambiente brasileiro e comprometer o futuro das próximas gerações.

Neste contexto, a presente solicitação de informações visa esclarecer a atuação do Ministério do Meio Ambiente e garantir a devida transparência e fiscalização por parte do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada DANIELA REINEHR

